



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Secretaria Geral Parlamentar  
Secretaria de Documentação  
Equipe de Documentação do Legislativo

### **PROJETO DE LEI 01-00050/2025 da Vereador Rubinho Nunes (UNIÃO)**

“Dispõe sobre a realização de eventos LGBTQIA+ no Município de São Paulo.

Art. 1º. É vedada a participação de crianças e adolescentes em eventos públicos ou privados que façam alusão ou fomentem práticas LGBTQIA+, especialmente a Parada do Orgulho LGBTQIA+.

§ 1º. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I - criança: pessoa até doze anos de idade incompletos; e
- II - adolescente: pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

§ 2º. A presença dos pais ou responsáveis nos eventos referidos nesta Lei não elidem a vedação disposta neste artigo.

Art. 2º. Os eventos referidos nesta Lei deverão ser realizados em locais públicos ou privados que permitam controle de entrada de crianças e adolescentes.

§1º. É vedada a ocupação e interdição de vias públicas para a realização dos eventos referidos nesta Lei, que deverão ser realizados em espaço fechado e devidamente projetado para aglomeração de pessoas.

§ 2º. Toda a comunicação visual, física ou virtual, referente aos eventos referidos nesta Lei deverão conter informação sobre sua natureza e recomendação de faixas etária com classificação para maiores de 18 (dezoito) anos, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

§ 3º. Nos eventos referidos nesta Lei, apoiados ou patrocinados, integral ou parcialmente, com bens ou recursos públicos, fica vedada a aposição, fixação, hasteamento ou apresentação de bandeiras e símbolos não oficiais reconhecidos em lei, pelos organizadores dos eventos ou pelos artistas contratados.

Art. 3º. Em caso de descumprimento do disposto nesta Lei, serão aplicadas cumulativamente as seguintes medidas:

I - Suspensão imediata do apoio ou financiamento público para realização do evento vedado;

II - Devolução de toda verba pública eventualmente utilizada para apoio ou financiamento público para realização do evento vedado;

III - Suspensão da permissão para utilização de bens do Município e de vias públicas para realização do evento vedado;

IV - Multa direcionada à pessoa jurídica organizadora do evento e seus representantes legais, nos seguintes valores e dimensões:

a) R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para manifestações ou eventos de pequeno porte, cujo público presencial ou remoto atinja até 100 (cem) pessoas;

b) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para eventos de médio porte, cujo público presencial ou remoto atinja até 500 (quinhentas) pessoas;

c) R\$ 1.000.000,00 (um milhão reais) para eventos de grande porte, cujo público presencial ou remoto atinja até 1.000 (mil) pessoas.

V - Suspensão do direito da pessoa jurídica organizadora do evento e seus representantes legais de realizarem eventos de qualquer natureza que dependam de autorização do Município, pelo prazo mínimo de 8 (oito) anos.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 27 de janeiro de 2025. Às Comissões competentes.”

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 03/04/2025, p. 415

Para informações sobre este projeto, visite o site [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br).